

Memórias e narrativas de militantes associativos: trabalho, cultura e tecnologia

Nuno Nunes¹, Inês Pereira² e Tiago Carvalho³

1. Raízes para um olhar problemático-analítico sobre os militantes associativos na sociedade portuguesa

No desafio lançado de aprofundar a história do movimento operário e dos movimentos sociais em Portugal vale a pena fazer incidir a atenção sobre os indivíduos que construíram/constroem tais realidades coletivas socialmente significativas e de como estas se refletem nas suas “narrativas de si” e são reflexo de processos históricos. É o que nos propomos fazer nesta comunicação conjunta, onde articulamos três reflexões em curso sobre esta temática, com enfoques diversos, em estádios de concretização distintos, mas com pontos comuns que pretendemos aprofundar.

O ponto de partida desta reflexão são os militantes associativos, ou seja, as “histórias de vida” daqueles que nas esferas do trabalho, do associativismo e práticas culturais e recentes movimentos tecnológicos, desde as gerações do pós Segunda Guerra Mundial até aos mais recentes acontecimentos do século XXI, fizeram e fazem a história da sociedade portuguesa. Olha-se, portanto, para diferentes gerações de militância.

Apresentam-se alguns ângulos basilares ensaísticos que pretendem interligar um quadro macro de processos históricos – a partir da industrialização e até a uma emergente sociedade da informação e do conhecimento – com enfoque ao nível micro, apropriando as experiências associativas como um elemento de vivências quotidianas múltiplo, complexo e em relação com contextos específicos de envolvimento. O enfoque da investigação, ainda em fase de concretização, embora já possuamos alguns dados empíricos, serão as “narrativas de si”, com vista a uma análise aprofundada das disposições militantes dos indivíduos construtores de ação coletiva na sociedade portuguesa, a partir de quadros teóricos baseados em

¹ CIES-IUL, ISCTE-IUL; Pós-Doutoramento FCT.

² CIES-IUL, ISCTE-IUL; Pós-Doutoramento FCT.

³ Departamento de Sociologia, Universidade de Cambridge.

experiências de investigação distintas, mas que se pretendem unificar a partir de um eixo metodológico único que se constitui em torno da recolha de testemunhos.

A convocação das memórias cumpre o triplo objetivo de reconstituir processos históricos e as posições dos agentes sobre os mesmos, fazer a recolha das suas experiências enquanto material histórico (história oral) e, finalmente, estudar a constituição das suas disposições militantes ao nível individual.

O enfoque da investigação são as “narrativas de si” dos subcampos da ação coletiva “trabalho”, “cultural-recreativo” e “tecnológico”, resgatando a memória de momentos históricos distintos, envolvência e práticas associativas.

2. Retratos sociológicos de operários militantes: entre o passado e o presente

Na génese da modernidade, herdeira dos valores da “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Francesa do século XVIII, encontra-se a formação do “espírito associativo” que, caminhando com o desenvolvimento da industrialização e do movimento operário foram construtores de múltiplas solidariedades e de coesão social, que resultaram na institucionalização do Estado-providência, uma das maiores conquistas alcançadas durante o século XX.

Porém, tornou-se um lugar-comum atribuir à industrialização e ao movimento operário uma importância diminuída nas sociedades contemporâneas, ocultando assim a centralidade do trabalho e as suas múltiplas componentes económicas, políticas, culturais e sociais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial é estabelecido um novo contrato social ocidental, resultante da correlação de forças na ordem internacional, que procura integrar o movimento operário nas instituições económicas e políticas das democracias capitalistas europeias. O progresso económico e as tensões da guerra fria permitem o desenvolvimento do movimento operário, consentâneo com modelos de produção fordista, institucionalização de Estados-providência e a participação nos sistemas políticos, que acabam por assegurar melhorias relativas das condições de vida aos operários europeus, com reflexos no consumo e mobilidade social, e que incrementará sustentadamente a terciarização verificada nas décadas seguintes (Piqueras, 1995).

O processo de industrialização na sociedade portuguesa é tardio e encontra-se em contraciclo económico e político comparativamente com a restante Europa. Nos anos 1960, Portugal era nitidamente uma sociedade ainda muito marcada pelo domínio da atividade agrícola. O operariado industrial

representava 28,9% da população ativa (Quadro 1), mas este crescera no quadro de um modelo de economia que apostava na intensificação de trabalho industrial explorador de mão-de-obra pouco qualificada e com ainda forte componente manual no processo fabril.

Mas a década de 1960 marca precisamente o início de profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. No plano político-institucional destaca-se a queda da ditadura do Estado Novo e a instauração, com a Revolução de Abril de 1974, de uma democracia de plenos direitos; a constituição do Estado-providência e a integração plena de Portugal no contexto europeu e internacional.

Como pano de fundo assiste-se à gradual mudança da estrutura social portuguesa, que se consubstanciou sobretudo na desruralização, urbanização e terciarização dos serviços. No entanto, diferentemente do que aconteceu na Europa,

a industrialização portuguesa, tardia e parcial, não só conservou durante décadas uma enorme proporção de famílias ligadas à agricultura, como não proporcionou a base económica e social para um crescimento e diversificação das atividades terciárias semelhantes às dos países plenamente industrializados (Machado e Costa, 1998: 33).

Processos profundos de modernização/reconversão da atividade produtiva e o aumento dos perfis de qualificação da população portuguesa modificaram a estrutura económico-produtiva do País, consubstanciada na alteração do peso relativo dos setores de atividade económica primário, secundário e terciário.

Já no século XXI, a distribuição dos setores de atividade económica na população ativa alterou-se significativamente. O setor terciário passou de 60% em 2001 para 70% em 2011, sendo reforçadas as tendências de diminuição do setor primário que se verificam desde a década de 1960, e no caso do setor secundário, depois de uma expansão até 1981 e decréscimo ligeiro entre as décadas de 1991 e 2001, diminuiu em 8% o seu peso até 2011 (Quadro 1).

A crise eclodida em 2007/2008 incidiu fortemente, mas não apenas, sobre a indústria e os operários portugueses. Aumentaram ainda mais as exigências de competitividade e de produtividade exigidas pela integração regional europeia e globalização económica, cujos efeitos imediatos se repercutiram no desinvestimento público e privado, forte retração do emprego, deslocalização intensa da atividade industrial, precarização laboral e aumento do desemprego.

Quadro 1 – Evolução do setor secundário e dos operários industriais na sociedade portuguesa

| Indicadores (%) | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| População ativa no setor secundário | 28,9 | 32,3 | 38,7 | 37,4 | 35,1 | 27 |
| Operários industriais | 30,6 | 34 | 36 | 34,3 | 30,3 | 22,7 |

Fontes: INE, *Censos*.

Na divisão internacional do trabalho, enquanto em alguns países o operariado revela tendências de diminuição, noutras partes do globo ele está a aumentar de importância e na atual estrutura de classes portuguesa os operários constituem 22,7% da população ativa (Quadro 1). Para esta classe social são transpostas as dominações económica, política, social, cultural e simbólica impostas por determinadas classes em época comumente designada de “neoliberal” (Atkinson, 2010), cujas consequências são acentuadamente visíveis no plano das condições de trabalho, de emprego e salariais e igualmente no exercício básico de direitos consagrados pela modernidade, entre eles o da participação social e política.

O desenvolvimento de uma sociologia à escala individual, como propõe Bernard Lahire (2002), permitirá a construção de retratos sociológicos de operários militantes na sociedade portuguesa, perante um cenário de mudanças e de continuidades da condição operária entre a década de 60 do século passado e a atualidade.

Que fatores sociais constroem condições de cidadania e de ação coletiva por parte dos indivíduos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas, como é o caso dos operários? Os eixos teórico-metodológicos avançados por Lahire permitirão compreender as consequências dos constrangimentos / possibilidades estruturais e institucionais, as culturas de classe e políticas, as socializações, as identidades culturais operárias (Costa e Guerreiro, 2009) e os contextos de envolvimento significativos para a sua mobilização coletiva, a relevância das condições e modos de vida, as trajetórias sociais, os padrões culturais e os seus quadros de interação (Costa, 2008), os círculos normativos (Elder-Vass, 2010) e as esferas do quotidiano, as relações de sociabilidade, as pertenças associativas e a adesão a determinados atores coletivos (partidos, sindicatos e associações de vária ordem), que, conjuntamente, explicarão o engajamento operário na história portuguesa contemporânea.

Procura-se construir uma análise sociológica das conquistas, tensões e desafios atuais do movimento operário português e da sociedade portuguesa em geral quanto à cidadania económica dos operários ou, mais concretamente, à participação democrática nos locais de trabalho, mas igualmente em relação à sua participação extralaboral na construção do Portugal moderno, relativamente aos períodos ditatorial, revolucionário e fase atual de modernidade inacabada.

3. Transformações das dinâmicas culturais: entre o local e o global

Também ao nível cultural importa focar as transformações ocorridas e verificar com uma diversidade de militantes a constituição de universos culturais vivenciados nas associações e nos contextos em que estas se inserem. É essencial indagar não só as alterações nas práticas culturais, mas também como estas se inserem no âmbito mais lato de identidades culturais e esferas quotidianas. As histórias de vida permitem reconstituir estas mudanças ao possibilitarem a comparação das atividades desenvolvidas em diferentes períodos e gerações.

Assim, as associações e os militantes nelas envolvidos desempenham um papel fulcral no desenvolvimento de práticas e identidades culturais. A sua importância é vital no desenvolvimento de modos de vida dos militantes associativos, sendo para isso essencial aceder às suas “narrativas de si”. As associações são, neste sentido, um lugar privilegiado de desenvolvimento de dinâmicas e práticas culturais que estão expostas a influências globais, mas são apropriadas localmente.

É importante explicitar que as associações e os militantes associativos se inserem num contexto marcado por dinâmicas globais. Assim, a distensão das relações sociais no espaço-tempo aproxima e intensifica a relação entre locais, resultando, mais do que numa cultura global, em processos transnacionais de apropriação local tendo em conta as condições sociais e históricas pré-existentes (Giddens, 1998; Featherstone, 1999).

Há, assim, que ter em conta processos tanto endógenos como exógenos relativamente ao desenvolvimento de dinâmicas de identidade cultural (Costa, 2008), sendo as associações um local privilegiado de desenvolvimento de relações comunitárias. São, nesta medida, fulcrais na constituição de processos endógenos, na medida em que participam no desenvolvimento de atividades culturais, sobretudo as associações culturais e recreativas. Mas a estes processos devem-se também adicionar dinâmicas exógenas que influenciam as práticas

desenvolvidas e que acabam por se mesclar na apropriação local. Assim, a identidade cultural depende não só de dinâmicas internas, mas também das vivências dos militantes associativos, das múltiplas experiências quotidianas em que se encontram inseridos e dos processos de globalização cultural vigentes. É, assim, possível que as gerações de militantes associativos mais recentes, cujos processos de socialização diferem dos seus antecedentes, tenham referências culturais diferentes e que são trazidas para o campo associativo.

No que se refere a processos exógenos há que perscrutar o efeito da globalização no desenvolvimento da identidade cultural dos militantes associativos. Assim, deve-se evitar conexões lineares entre território, cultura e identidade, já que a mobilidade acentua a fragmentação cultural. No que às histórias de vida diz respeito e em termos culturais, os percursos de vida são marcados por sequências não lineares e deterministas marcadas por múltiplos contextos de socialização em que as identidades e culturas se encontram em circulação (Carmo e Simões, 2010). No estudo destas questões importa ter em conta como a globalização cultural, nas suas múltiplas vertentes, envolve a transformação de identidades culturais locais. Além da maior possibilidade de deslocação entre lugares, há que ter também em conta a forma como os meios de comunicação são fulcrais na difusão de produtos culturais diversos. A criação de uma identidade cultural (local) está dependente não só do contexto local e de toda a história associada, mas também das múltiplas influências globais.

O associativismo tem um papel fulcral na criação e fortalecimento de uma identidade cultural ao unificar a experiência de diferentes gerações e grupos, conferindo significado social aos atos coletivos.

Aceder ao conjunto de narrativas e à sua análise ajudará a entender de que forma se alteraram as dinâmicas culturais no seio das associações. Percecionar e analisar histórias de vida de diferentes gerações permitirá uma análise das mudanças e dos processos macroestruturais da sociedade portuguesa (Almeida e outros, 2007). As entrevistas aos militantes associativos de diferentes gerações ajudará a perscrutar as mudanças culturais, nomeadamente a articulação entre identidade cultural e ação coletiva num espaço em que os jovens têm um papel ativo na reconfiguração do legado político e cultural. O conjunto das histórias de vida de militantes associativos é, assim, importante para compreender como se processou a passagem de vivências associativas localizadas para outras cujas referências estão associadas a dinâmicas globais e que são localmente apropriadas e moldadas pelo passado histórico.

É possível exemplificar o quadro teórico até agora traçado de transformações das dinâmicas culturais em que as associações se inserem através de trabalho de campo (e múltiplas interações com os agentes no terreno) realizado no concelho do Barreiro. Pode-se aventar a hipótese de que neste concelho as associações constituem um *locus* de transformação e afirmação de uma cultura local num contexto marcado pela pós-industrialização, suburbanização, globalização e desigualdades sociais, ou seja, cruzam-se aqui dinâmicas endógenas e exógenas. O mesmo é dizer que as dinâmicas recentes tiveram um impacto na transformação cultural das próprias associações e das práticas culturais daquele local: de uma cultura marcadamente operária operou-se uma transformação que tem em conta processos endógenos (especialmente a desindustrialização) e processos culturais de âmbito global⁴.

Em particular a emergência de associações culturais ligadas à música e que se apoiam no tecido social previamente existente e que continuam, ainda que por outra via, a tradição recreativa. A continuação da tradição faz-se hoje fortemente influenciada por diferentes formas de música que são suportadas por um conjunto de indivíduos e militantes associativos cuja socialização foi feita já fora das fábricas e cujo trajeto é marcado por maior escolarização e maior independência relativa face ao contexto local. Assim, e focando os jovens, estes são, provavelmente, protagonistas de mudança social que devem ser focados relativamente às questões culturais, uma vez que são um segmento mais escolarizado, com agendas e valores contrastantes/diferentes das anteriores gerações.

No fundo há uma apropriação por múltiplas vias (Internet, escola, mobilidade, etc.) que se reconstituem na reapropriação e transformação de uma identidade cultural em constante mutação. Estas práticas culturais podem ser perspectivadas como efetivando relações sociais. O conjunto dos eventos organizados por estas novas associações é fulcral no suporte e intensificação de um certo sentido de comunidade.

4. Biografias digitais: histórias de militantes tecnológicos

As tecnologias de informação e comunicação tornaram-se causa e motivo de contestação social. O acesso à informação e aos seus mecanismos de produção, bem como as próprias condições de produção e uso de *software* surgem, num mundo em acelerado progresso tecnológico, numa sociedade

⁴ Ver: <http://myplacefp7.wordpress.com/2012/09/17/youth-community-and-music-in-barreiro/>

baseada no progresso científico, na tecnologia e na circulação (ou fechamento) da informação, como um dos principais palcos do conflito social. Se na nossa sociedade contemporânea quem controla os meios de informação controla o mundo, ou uma boa parte dele, é expectável que estes se tornem arenas de contestação e que uma parte da ação dos movimentos sociais contemporâneos vise, precisamente, a sua apropriação e ocupação (Sáez, 2004).

A sociologia dos movimentos sociais, atenta às mudanças sociais e aos novos projetos de transformação social daí decorrentes, tem dedicado alguma atenção à relação entre os movimentos sociais e a tecnologia, debatendo principalmente o uso da Internet enquanto ferramenta tecnológica, mas também o aparecimento de movimentos tecnológicos envolvidos no centro de uma luta pelo acesso e controlo da tecnologia.

A importância acrescida da tecnologia nos movimentos sociais faz emergir um conjunto de novas personagens, de novos militantes tecnológicos e também de novos focos de interesse na análise sociológica biográfica do ativista. Ou seja, a investigação sociológica sobre ativismo pode e deve compreender a biografia digital do militante tecnológico, a sua relação com a tecnologia e as suas experiências no ciberespaço, assumindo-se logo à partida que esta biografia digital será fulcral sob todos os pontos de vista. Por outro lado, assistimos a um protagonismo crescente dos movimentos – e dentro deles, dos indivíduos – com um grau de *expertise* tecnológica mais significativo e com uma identidade digital mais reforçada; o que traz interessantes consequências do ponto de vista do impacto social dos movimentos mas também da própria identidade coletiva construída no seio do movimento social.

Sugerimos assim, no âmbito da investigação sobre movimentos sociais contemporâneos, a recolha de narrativas sobre as experiências digitais dos atores que protagonizam o conflito social. Este artigo é, também, produto de algumas experiências neste âmbito, em trabalhos conduzidos junto do movimento do *software* livre, do movimento anti-globalização e do movimento pelo acesso digital (Pereira, 2009). A título de exemplo, propomos atentar em três ideais-tipo de militante tecnológico, que resultam – também – das experiências digitais e que nos foi possível contactar no âmbito das três pesquisas mencionadas.

Em primeiro lugar, o militante tecnológico do século XXI é um ativista amplamente conectado, que se move num espaço diverso, atravessado por diferentes fluxos, é um ativista em rede. A Internet permite-lhe estar a par de um conjunto alargado de causas globais (circunscritas a determinado território, mas ecoando, pelas auto-estradas da informação, por outras partes do mundo).

Por outro lado, a circulação acelerada de informação, de forma sincrónica, através das novas tecnologias de informação, permite não apenas uma circulação generalizada da informação, mas também o desenvolvimento de ações concertadas, através dos vários meios de comunicação disponíveis (*e-mail*, fóruns, redes sociais, *mailing lists*, etc.), quer numa escala local, permitindo a convocatória eletrónica para manifestações e outros eventos, quer numa escala global, através da organização concertada de eventos simultâneos. O aparecimento de ferramentas de escrita colaborativa como as *wikis* constitui um bom exemplo de uma ferramenta de convergência que pode ser utilizada entre membros de um mesmo movimento enraizado no espaço local. Neste sentido, este militante tecnológico tem, ou pode ter, um amplo conhecimento de diversas causas relevantes, com as quais pode simpatizar à sua escolha. Por outro lado, pode organizar ações conjuntas com uma miríade de associações ou participar em eventos globais. Na sua mão tem ainda ferramentas para se manter em contacto com militantes tecnológicos noutra paragens.

Este militante tecnológico do século XXI é também um *expert* informático, um *hacker*. Segundo Himanen (2001), ao invés de um criminoso, um *hacker* deve ser encarado como um *expert*, um entusiasta do seu trabalho. Neste sentido, um *hacker* pode ser um especialista e um entusiasta de qualquer área artística ou científica. Ao entusiasmo soma-se um interesse maior na criação e no desafio da obtenção de ganhos a partir do trabalho. Entusiasmo criativo que desemboca num conjunto de novos questionamentos em torno da questão da propriedade, que a nova economia estendeu ao controlo sobre a informação a um nível sem precedentes. A ética dos *hackers* originais assentava na partilha e abertura do conhecimento e na partilha da informação, na ideia de que o conhecimento tecnológico deve ser público, e muitos ativistas dotados de competências tecnológicas avançadas e de uma firme intenção de desenvolver trabalho apoiam a ideia de um ciberespaço aberto e livre, sem fronteiras nem entraves.

A questão das novas tecnologias levanta ainda uma terceira questão, ao abrir espaço para um outro tipo de militante tecnológico: o ativista anónimo ou fragmentado, que permanece invisível ou se reparte por uma multiplicidade de espaços de conflito virtuais ou físicos. A contestação contemporânea sugere, assim, novos temas para o eterno debate entre movimento e instituição, sugerindo, para lá das organizações de movimentos sociais e das massas de ativistas, a possibilidade de conduzir um ativismo *a la carte*, que decorre num espaço privado entre o indivíduo e a máquina, em relativo isolamento e anonimato. O espectro é amplo: desde as petições virtuais até aos ataques

informáticos, passando pela divulgação de comunicados e denúncias em *sites* e plataformas diversas. Do ponto de vista dos atores envolvidos, estas ações, que constituem também uma reinvenção dos repertórios contestatários, oscilam entre uma ação individual e esporádica até uma ação mais ou menos concertada, uma improvisação coletiva entre indivíduos ligados em rede mas de forma efémera e apenas semi-concertada (veja-se, por exemplo, o caso de Anonymous), fora dos conceitos tradicionais de movimento ou instituição.

No seu estudo sobre a utilização das tecnologias de informação em associações e movimentos sociais da América do Sul, Oswaldo León e os seus colegas (2004) apontam para a persistência de problemas técnicos de conectividade, para a fraca literacia digital, também entre os membros de organização de movimentos sociais, e para os problemas do idioma (já que a Internet continua a ser maioritariamente em inglês). Neste sentido, a utilização de técnicas inovadoras por parte dos movimentos sociais, ainda que vista como uma vantagem inequívoca, está desigualmente distribuída entre os atores e encontra-se aquém do seu potencial. A tecnologia, nos movimentos sociais como na sociedade em geral, nem sempre consegue cumprir os sonhos que lhe são atribuídos. Uma das utopias comumente associadas à sociedade de informação parte da ideia de que, enquanto os bens centrais noutra tipo de sociedades – por exemplo a terra ou o capital – estão necessariamente distribuídos de forma desigual, a informação, mercadoria nuclear do mundo em que vivemos, pode ser possuída por todos. Esta ideia, que tem sido propagada de forma entusiástica pelos defensores da revolução tecnológica, fica infelizmente muito aquém da realidade. O acesso à informação depende fortemente do acesso aos seus suportes e vias de transmissão e depende também das competências pessoais para a controlar, utilizar e potenciar.

5. O desafio das desigualdades sociais no estudo do movimento operário e dos movimentos sociais

Entre as desigualdades sociais e a ação coletiva situam-se relações sociais decisivamente estruturantes das sociedades contemporâneas: as relações de globalização económica e da divisão internacional do trabalho, a relação capital / trabalho, as relações entre recursos económicos, culturais, sociais e simbólicos, as relações de classe e de género, as relações de dominação social, simbólica e cultural, as relações de poder, organizacionais e de autoridade, as relações de credenciação escolar e de qualificações sociais, as relações institucionais e dos atores coletivos, as relações de construção ideológica e de identidade política, as

relações de integração social e conflito, as relações de pertença associativa, de distanciamento político e de exclusão social.

Tal como a emergente sociedade do conhecimento e da informação introduz novas desigualdades que, tendencialmente, espelham as divisões sociais precedentes (Mossberger et al, 2003; Hamelink, 2000), o acesso à Internet e a outras infra-estruturas tecnológicas é fortemente condicionado e desigual. Os motivos para esta desigualdade são diversos e prendem-se com questões físicas e espaciais (os lugares estão desigualmente conectados), financeiras (o acesso e principalmente o acesso de qualidade tem custos que podem ser incomportáveis), de literacia (a capacidade para utilizar de forma abrangente a Internet encontra-se desigualmente distribuída e é profundamente diferente entre países, classes sociais, escalões etários e nível de habilitações) e sociais e políticas (o acesso é controlado de diversas formas, em muitos países há casos explícitos de censura, mesmo nos contextos mais abertos há determinadas utilizações que são sancionadas).

Responder ao problema sociológico das relações entre desigualdades sociais e ação coletiva nas esferas do trabalho, das práticas culturais e das sociedades do conhecimento, a partir das “narrativas de si” de militantes associativos, poderá constituir uma forma útil de aprofundar o estudo do movimento operário e dos movimentos sociais na sociedade portuguesa. É isso que nos propomos continuar a construir, a partir da base que agora apresentamos.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres. A Sociedade. In: António Reis (org.), *Retrato de Portugal Factos e Acontecimentos*. Rio de Mouro: Instituto de Camões, Círculo de Leitores e Temas & Debates, 2007, pp. 43-79.

Atkinson, Will. *Class, Individualization and Late Modernity: in Search of the Reflexive Worker*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

Carmo, Renato Miguel do e José Alberto Simões (orgs.). *A Produção das Mobilidades: Redes, Espacialidade e Trajetos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

Costa, António Firmino e Maria das Dores Guerreiro. Sistemas de Trabalho e Identidades Culturais Operárias. In: Duarte Pimentel e outros (orgs.), *Empresa e Identidades Profissionais Algumas Narrativas Portuguesas*. Lisboa: Argusnauta, 2009, pp. 57-70.

Costa, António Firmino. *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Lisboa: Celta Editora, 2008.

Elder-Vass, Dave. *The Causal Powers of Social Structures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Featherstone, Mike. Cultural Global: Introdução. In: Mike Featherstone (coord.). *Cultura Global – Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, pp. 7-22.

Giddens, Anthony. *Consequências da Modernidade*. Celta Editora: Oeiras, 1998.

Hamelink, Cees J. *The Ethics of Cyberspace*, London: Sage, 2000.

Himanen. Pekka. *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*. London: Vintage, 2001.

Lahire, Bernard, *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*. Paris: Nathan, 2002.

Leon, Osvaldo, Sally Burch e Eduardo Tamayo. Internet y Organizaciones Sociales, un Estudio Exploratorio. In: Sáez, Victor Mari (coord). *La Red es de Todos, Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*. Madrid: Editorial Popular, 2004.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa. Processos de uma Modernidade Inacabada: Mudanças Estruturais e Mobilidade Social. In: Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora, 1998, pp. 17-44.

Mossberger, Karen et al. *Virtual Inequality*. Washington DC: Georgetown University Press, 2003.

Pereira, Inês. *Movimentos em Rede, Biografias de Envolvimento e Contextos de Interação* (Tese de doutoramento em Antropologia Urbana). Lisboa: ISCTE, 2009.

Piqueras, José António. *O Movimento Operário*. Porto: Campo das Letras, 1995.

Sáez, Victor Mari (coord). *La Red es de Todos, Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*. Madrid: Editorial Popular, 2004.